



Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

ANO 12 Nº 11
Novembro de 2003

A carga tributária e a distribuição entre esferas de governo

A carga tributária (todas as receitas de tributos arrecadadas anualmente pelos Governos Federal, Estadual e Municipal em relação ao PIB nacional) vem, nos últimos anos, apresentando uma trajetória ascendente. No ano de 1988, correspondia a 22,4% do PIB e, em 2002, a 35,9%, com um incremento de 13,5 pontos percentuais nesse período. Somente neste último ano, houve uma elevação de 2,0 pontos percentuais em relação a 2001. Dentre os principais responsáveis pelo aumento da carga tributária em 2002, destacam-se os recolhimentos do Imposto de Renda-pessoa jurídica e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) incidente sobre os combustíveis, que passou a ser cobrada a partir de 2002.

No que se refere à composição dessa carga, a União obteve 70,2% do total arrecadado em 2002; os estados, 25,3%; e os municípios, 4,5%. Todavia o mais significativo é identificar as receitas efetivamente disponíveis (arrecadação própria mais ou menos transferências intergovernamentais) em cada nível de governo. A União detinha, em 1988, 60,1% dessa receita; os estados, 26,6%; e os municípios, 13,3%. No ano de 2002, a União passou a deter 60,4%; os estados, 24,8%; e os municípios, 14,8%. Ou seja, as esferas subnacionais, que vinham aumentando sua participação no bolo tributário desde a Constituição de 1988, tiveram um pequeno declínio a partir de 1994, em detrimento da União, que elevou os seus recursos próprios, em vista da criação de novas fontes de receitas tributárias, que não foram rateadas com os outros níveis de governo.

Considerando os tributos de acordo com as principais bases de incidência, verificou-se que a participação dos mesmos sobre bens e serviços representou quase a metade da receita total (45%), enquanto sobre a renda recaiu 25%, o que torna o sistema tributário brasileiro muito desigual.

É importante destacar-se também a elevada participação dos tributos cumulativos — incidentes em todas as fases de produção —, que constituíram em torno de 25% da arrecadação total (CPMF, Cofins, PIS/PASEP, ISS, IOF) em 2002.

Apesar do grande número de tributos existentes no País, a arrecadação concentra-se em poucos. Os cinco principais tributos são o ICMS, o Imposto de Renda, a Contribuição para a Previdência, a Contribuição para o Financiamento Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, responsáveis por mais de 70% da arrecadação total.

Na comparação com outros países, a carga tributária nacional é equivalente à de países desenvolvidos (Reino Unido, 36%; EUA, 30%) e superior à dos países da América Latina (Argentina, 21%; México, 18%).

O Governo enviou ao Congresso Nacional uma proposta de reforma tributária, que se encontra na Comissão de Constituição e Justiça, no Senado Federal, tendo, entre os seus principais itens, os seguintes: a redução do número de alíquotas do ICMS (de 44 para cinco); a manutenção da desvinculação da receita da União (DRU) em 20%; e a prorrogação da CPMF com a alíquota atual de 0,38%. Todavia a proposta pode levar a um aumento da carga tributária, além de não atacar as origens da regressividade do sistema tributário. Têm-se muitas dúvidas em relação à reforma quanto a sua simplificação. Por mais que o Governo prometa manter o mesmo patamar da carga tributária, não é possível assegurar que isso irá ocorrer. Os estados e os municípios querem aumentar suas receitas para reduzir os seus déficits, e a União não quer perder receita. Nessa circunstância, não se vislumbra uma possibilidade de redução de carga.

Carga tributária e receita disponível nas esferas de governo — 1988-2002

ESFERAS DE GOVERNO	CARGA TRIBUTÁRIA (% PIB)						RECEITA DISPONÍVEL (%)					
	1988	1994	1999	2000	2001	2002	1988	1994	1999	2000	2001	2002
União	16,1	19,9	22,2	22,5	23,4	25,2	60,1	59,3	60,0	59,7	59,5	60,4
Estados	5,7	7,8	8,1	8,6	9,0	9,1	26,6	25,1	24,7	25,3	25,6	24,8
Municípios	0,6	1,0	1,5	1,5	1,5	1,6	13,3	15,6	15,3	15,0	14,9	14,8
TOTAL	22,4	28,6	31,8	32,5	33,9	35,9	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Secretaria da Receita Federal.

Isabel Rückert (FEE/NEESF)

Comércio varejista do RS: a força do Interior

O comércio varejista do Estado vem apresentando quedas de vendas ao longo do ano, chegando, no acumulado até setembro, com uma retração de 0,8%, contra igual período do ano anterior.

Esse fraco desempenho do comércio é determinado pelo resultado observado na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), uma vez que as vendas no interior do Estado têm acusado taxas positivas durante o ano, apresentando um crescimento de 13,7% até setembro. O comércio varejista na RMPA, para o mesmo período, apresentou uma queda de 5,4%.

Esses movimentos contrários das vendas na RMPA e no Interior devem-se, principalmente, ao fato de a agropecuária gaúcha ter registrado, neste ano, uma supersafra, fazendo com que sua comercialização traga reflexo positivo para toda a economia do interior do Estado.

No Interior, das nove atividades pesquisadas, seis tiveram desempenho positivo, destacando-se automóveis, motos, peças e acessórios (10,9%). Na RMPA, para o mesmo universo, somente duas atividades verificaram expansão, sendo a com melhor desempenho móveis e eletrodomésticos (4,1%).

Para o final deste ano, as vendas devem apresentar um melhor desempenho, tanto pelo efeito sazonal como pela manutenção do ritmo de queda das taxas de juros e da inflação.

Taxas de crescimento do comércio varejista na RMPA, no Interior e total do Estado — jan.-set./03 (%)

SEGMENTOS E TOTAL	ACUMULADAS NO ANO ATÉ SETEMBRO (1)		
	RMPA	Interior	RS
Automóveis, motos, peças e acessórios	-2,77	10,90	4,42
Produtos alimentícios, bebidas e fumo	-15,42	-2,82	-9,58
Hipermercados e supermercados	-8,26	-0,58	-5,28
Combustíveis e lubrificantes	-5,00	-3,24	-4,05
Vestuário, calçados e tecidos	-3,64	8,49	2,07
Produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos	0,60	0,52	0,59
Móveis e eletrodomésticos	4,07	0,27	1,68
Material de construção	-6,44	3,23	-1,43
Demais artigos de uso pessoal e doméstico	-10,70	6,55	-3,62
Total do comércio varejista	-5,38	3,67	-0,80

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS.

(1) Base de comparação: mesmo período do ano anterior.

Juarez Meneghetti (FEE/NCS)

As exportações gaúchas por categoria de uso

Até setembro, as exportações do RS alcançaram US\$ 5,854 bilhões, crescendo 23,17% em relação a igual período de 2002.

Observou-se um forte incremento nas exportações de combustíveis e lubrificantes, embora sua participação na pauta seja muito pequena. Exceto combustíveis, o melhor desempenho ficou com os bens de capital, devido ao aumento nas vendas de máquinas agrícolas, como tratores e colheitadeiras.

Os bens intermediários também apresentaram um bom desempenho no período, destacando-se alimentos e bebidas destinados à indústria, graças ao aumento nos preços e nas quantidades embarcadas de vários produtos, especialmente

soja e derivados, carne de frango e de suíno. Já os insumos industriais, que compreendem, dentre outros, fumo, plástico e couro, perderam participação na pauta.

Os bens de consumo apresentaram uma taxa de variação bem inferior à das demais categorias de uso. Enquanto os bens de consumo não duráveis cresceram 8,39%, os duráveis aumentaram apenas 4,65%, reduzindo sua participação na pauta. Dentre os bens de consumo exportados pelo Estado, o mais importante é calçados, que, ao longo do ano, vem apresentando queda em suas vendas, devido à redução das quantidades embarcadas.

Exportações, por categoria de uso, do Rio Grande do Sul – jan.-set./02-jan.-set./03

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (US\$ 1 000 FOB)			PARTICIPAÇÃO %	
	Jan.-Set./02	Jan.-Set./03	Δ%	Jan.-Set./02	Jan.-Set./03
Bens de capital	387 990	571 174	47,21	8,16	9,76
Bens intermediários	2 651 239	3 420 041	29,00	55,79	58,43
Alimentos e bebidas destinados à indústria	467 939	790 641	68,96	9,85	13,51
Insumos industriais	1 873 296	2 256 457	20,45	39,42	38,55
Outros	310 005	372 943	20,30	6,52	6,37
Bens de consumo	1 653 362	1 786 271	8,04	34,79	30,52
Bens de consumo duráveis	153 700	160 853	4,65	3,23	2,75
Bens de consumo não duráveis	1 499 663	1 625 418	8,39	31,56	27,77
Combustíveis e lubrificantes	2 627	6 107	132,44	0,06	0,10
Demais operações	57 141	70 042	22,58	1,20	1,20
TOTAL	4 752 360	5 853 635	23,17	100,00	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/SECEX/DTIC.

Teresinha Bello (FEE/NERI)



Tenha acesso a esta e a outras
publicações em
nossa Home Page
www.fee.tche.br

Carta
de
Conjuntura FEE

Carta de Conjuntura - Ano 12 nº 11

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — jun./01-nov./03

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (4)	Mês (5)	Acumulado no Ano (6)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (7)	CUB (R\$)
Jun./01	-	147,61	96,49	100,20	303,6	64,9	61,0	505,4	119,42	532,23
Jul./01	-	151,08	98,44	99,93	291,6	111,8	64,1	547,3	120,39	545,90
Ago./01	-	156,23	99,06	99,81	263,7	104,1	61,8	510,2	120,88	553,17
Set./01	-	134,17	95,94	99,40	310,0	112,7	62,3	566,8	120,67	557,48
Out./01	-	149,26	98,68	99,33	309,2	107,0	53,2	547,1	122,17	561,36
Nov./01	-	142,43	96,26	99,05	291,4	116,1	56,8	540,7	123,37	565,12
Dez./01	3,1	125,70	97,73	98,95	361,3	143,3	77,9	658,6	125,16	572,59
Jan./02	-	130,02	100,70	100,70	244,8	102,1	84,8	512,0	126,11	576,45
Fev./02	-	130,62	102,61	101,65	282,5	155,3	59,1	572,7	126,20	577,21
Mar./02	-	153,30	98,28	100,37	245,8	108,3	49,7	479,4	127,22	576,94
Abr./02	-	168,72	110,90	103,21	310,3	138,6	64,1	595,5	128,28	577,39
Mai/02	-	163,55	105,73	103,75	295,5	120,0	54,2	550,0	128,89	577,12
Jun./02	-	151,90	102,91	103,61	294,0	122,2	66,2	569,4	129,68	577,79
Jul./02	-	157,30	104,12	103,68	292,3	130,5	66,3	569,6	131,05	593,97
Ago./02	-	153,10	98,00	102,93	313,1	125,6	64,4	587,3	131,95	603,19
Set./02	-	148,12	110,40	103,69	333,9	131,7	65,8	617,0	133,87	609,38
Out./02	-	161,76	108,37	104,17	328,5	126,0	56,6	598,3	136,58	615,62
Nov./02	-	149,79	105,17	104,26	380,1	144,4	59,2	669,7	142,78	630,81
Dez./02	1,8	126,86	100,92	104,02	480,5	174,8	99,5	843,6	145,85	644,09
Jan./03	-	131,92	101,46	101,46	461,2	128,5	96,2	771,9	149,37	654,01
Fev./03	-	136,25	104,31	102,89	365,5	152,0	73,0	676,9	150,73	664,31
Mar./03	-	162,56	106,04	104,06	323,9	138,1	62,2	612,0	153,25	672,98
Abr./03	-	170,59	101,10	103,20	314,0	132,6	39,0	576,0	155,94	678,29
Mai/03	-	169,11	103,40	103,24	342,9	129,0	63,8	628,8	156,18	685,26
Jun./03	-	153,76	101,22	102,90	458,3	175,4	81,1	804,5	155,22	686,49
Jul./03	-	155,50	98,85	102,30	278,8	145,4	72,3	580,2	154,86	707,66
Ago./03	-	152,04	99,31	101,92	349,2	149,3	80,3	666,1	155,09	718,4
Set./03	-	-	-	-	364,4	145,0	73,1	681,7	155,64	721,93
Out./03	-	-	-	-	-	-	-	-	156,37	725,46
Nov./03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	743,93

(continua)

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — jun./01-nov./03

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (2)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (3) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (US\$ 1000)
		Taxa de Desemprego		Ocupados (8)	Assalariados (9)	Industrial	Total	
		Aberto	Total					
Jun./01	-1 372	10,0	15,0	884	885	653 234	1 577 282	632 236
Jul./01	-3 176	9,6	14,6	870	870	631 391	1 514 421	658 093
Ago./01	6 854	9,6	14,3	874	874	628 535	1 532 506	673 810
Set./01	7 532	9,8	14,5	892	901	607 149	1 509 226	569 020
Out./01	10 869	10,2	15,3	894	908	593 559	1 475 961	494 824
Nov./01	10 730	9,7	15,1	897	911	601 350	1 565 278	384 874
Dez./01	-10 978	9,2	14,8	880	883	586 626	1 570 997	468 839
Jan./02	10 652	8,9	14,5	856	852	477 873	1 573 445	370 754
Fev./02	6 150	9,2	15,0	858	862	593 381	1 702 526	372 941
Mar./02	9 401	9,9	15,8	865	880	588 580	1 694 484	401 451
Abr./02	13 097	10,4	15,7	880	901	625 124	1 701 247	455 825
Mai/02	-6 787	10,7	16,0	885	896	646 439	1 642 984	561 499
Jun./02	-2 959	10,7	15,9	891	895	676 025	1 634 102	568 815
Jul./02	-6 283	10,3	15,9	904	901	652 067	1 567 947	827 555
Ago./02	-474	10,3	15,4	902	896	657 313	1 601 787	632 388
Set./02	10 392	10,4	15,5	906	894	636 816	1 572 812	561 132
Out./02	7 611	10,1	15,1	896	881	630 398	1 577 042	641 666
Nov./02	13 593	9,6	14,8	864	864	664 146	1 647 188	485 592
Dez./02	-11 705	9,1	14,2	847	840	631 508	1 648 850	495 828
Jan./03	8 844	9,1	14,3	812	820	528 405	1 676 207	449 010
Fev./03	14 915	9,3	14,8	796	797	592 614	1 777 344	509 346
Mar./03	4 715	9,9	15,3	787	801	578 305	1 713 112	476 231
Abr./03	10 875	11,0	16,3	781	779	621 992	1 641 381	638 718
Mai/03	-5 776	11,6	16,6	784	795	628 032	1 618 086	784 981
Jun./03	-2 847	12,2	17,6	777	790	605 276	1 536 099	762 358
Jul./03	-11 073	11,9	17,7	774	800	618 517	1 572 877	814 215
Ago./03	2 287	11,6	17,8	802	824	597 084	1 535 554	625 595
Set./03	7 342	11,7	17,8	-	-	598 379	1 533 402	793 180
Out./03	-	-	-	-	-	618 594	1 577 881	-
Nov./03	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. IEPE. Sinduscon. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de ago./03. (3) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (4) Base: média de 1991 = 100. (5) Base: igual mês do ano anterior = 100. (6) Base: igual período do ano anterior = 100. (7) Base: abr./98 = 100. (8) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (9) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

Mais realismo na aferição do desempenho da indústria gaúcha

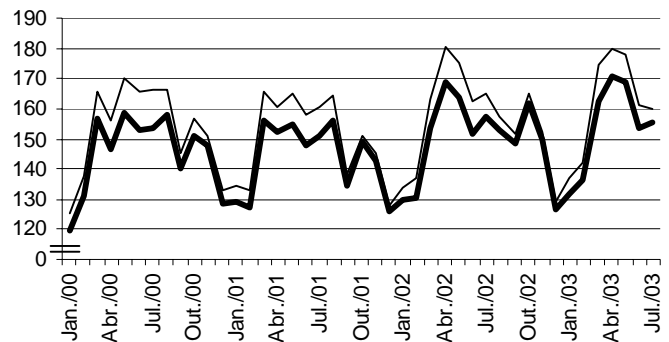
O acompanhamento conjuntural da indústria gaúcha é realizado pelo IBGE através da **Pesquisa Industrial Mensal (PIM)**, que tem como referência amostral o ano de 1985. Essa circunstância gera uma defasagem no indicador em razão da distância desse ano-base. Não apenas a amostra dos produtos pesquisados inclui somente itens que estavam sendo industrializados naquele momento, como, principalmente, a ponderação através da qual cada gênero contribui com um determinado impacto para gerar a taxa global do subsetor é reflexo da participação no valor da transformação industrial que o gênero tinha no **Censo Econômico** daquele ano. Mesmo que parcialmente atualizada pelo índice de volume, a ponderação não incorpora mudança nos preços relativos.

Para verificar em que medida essa defasagem causa uma diferença no indicador, foi realizado um exercício de estimação de um novo índice para o período entre janeiro de 2000 e julho de 2003, mostrado no gráfico. A partir das mesmas taxas de crescimento, mas calculando sua agregação com base nos pesos dos gêneros revelados pela **Pesquisa Industrial Anual (PIA)** de 2000, encontrou-se um índice de produção física, na maior parte do período, um pouco superior ao medido na PIM. A diferença, no entanto, manifesta-se apenas na magnitude do indicador, pois a tendência permanece coincidindo.

Comparando-se as participações dos gêneros na estrutura do valor adicionado no ano 2000, aparecem como causa principal dessa discrepância os gêneros mecânica e vestuá-

rio, calçados e artefatos de tecidos, com participação, respectivamente, de 13,75% e 7,88% na PIM contra 7,84% e 14,12% na PIA. Em menor grau, também diferem os gêneros produtos alimentares e material elétrico, com 14,76% e 5,48% na PIM e 12,96% e 3,55% na PIA.

Índice acumulado da produção física da indústria do RS — jan./00-jul./03



Legenda: — Índice "novo" — Índice da PIM

FONTE: PIM-IBGE.

PIA-IBGE.

NOTA: 1. Índice "novo" calculado com base na estrutura da PIA de 2000.

2. Os dados têm por base a média de 1991 = 100.

Luiz A. E. Faria (FEE/NEI)

E a polêmica da soja continua

A edição da Medida Provisória nº 131, de 25 de setembro de 2003, que liberou o plantio da soja transgênica na safra 2003/2004, longe de resolver o impasse da adoção dessa nova tecnologia, acabou aumentando a polêmica a respeito no País. O que causa estranheza é que o debate se acha centrado apenas na soja e acabou adquirindo um viés marcadamente ideológico. Essa ideologização do debate não tem ajudado no sentido de encaminhar a discussão sobre biotecnologia no País e tem esquecido de considerar o evidente consumo, já há algum tempo, de vários produtos que contêm elementos transgênicos na sua composição.

No contexto atual, também não parecem estar sendo consideradas as possíveis vantagens econômicas dessa produção para o País. O Brasil dificilmente poderá abrir mão da pro-

dução gaúcha, onde se estima que pelo menos 70% do total da produção seja de soja transgênica. São originados, no Rio Grande do Sul, quase 20% do total da produção de soja do Brasil, e 16% das exportações brasileiras do complexo soja saem do Estado.

Além disso, a tese de que há dificuldade de colocação da soja transgênica no mercado internacional não foi comprovada até o momento, já que não houve qualquer dificuldade com relação às exportações de soja gaúcha em 2003. Neste ano, as vendas gaúchas de soja e seus derivados cresceram 28% em quantidade e 43% em valor, em relação a 2002. Mais ainda, um mercado em expansão nas proporções observadas recentemente não deverá apresentar, pelo menos num futuro próximo, restrições absolutas ao consumo da soja transgênica.

Participação e taxas de crescimento das exportações brasileiras e gaúchas do complexo soja — jan.-set./02 e jan.-set./03

(%)

DISCRIMINAÇÃO	PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES RS/BR				TAXAS DE CRESCIMENTO JAN-SET/03/JAN-SET/02			
	Jan.-Set./02		Jan.-Set./03		Brasil		RS	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Soja em grão	12,48	12,93	16,58	17,11	27,60	45,99	69,54	93,27
Óleo de soja	31,58	31,75	23,18	23,19	25,65	58,79	-7,79	15,95
Farelo de soja	14,79	14,87	11,49	11,32	12,26	19,28	-12,83	-9,22
Complexo soja	14,36	15,54	15,14	16,10	21,64	38,06	28,28	43,01

FONTE: MDIC/SECEX.

Vivian Fürstenau (FEE/NEA)

Mercado de trabalho gaúcho numa perspectiva de 10 anos

A divulgação, no último mês, da **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** (PNAD) referente a 2002 oportuniza uma caracterização geral do mercado de trabalho gaúcho, a qual adquire maior alcance quando se abordam seus resultados em uma perspectiva comparada. Toma-se, aqui, como parâmetro, a situação de 10 anos antes.

Nesse intervalo de tempo, a População Economicamente Ativa (PEA) cresceu 12,3%. Considerando-se que a População em Idade Ativa (PIA) — 10 anos ou mais — teve elevação significativamente superior (17,2%), a pressão que o mercado de trabalho sofreu, pelo lado da oferta de força de trabalho, foi relativamente branda. A expansão do número de postos de trabalho, todavia, mostrou-se muito mais acanhada do que a da PEA, limitando-se a 9,5%. Dessa forma, a desocupação avançou fortemente: a taxa saltou de 4,3% para 6,7%; o contingente de desocupados aumentou nada menos do que 72,9%, passando a abranger quase 400 mil indivíduos. A taxa de desocupação feminina teve comportamento ainda mais desfavorável do que a masculina, agravando o elevado diferencial de gênero preexistente.

No universo de ocupados, que teve um reforço de 474 mil indivíduos, a participação dos empregados (excetuados os domésticos) avançou quase dois pontos percentuais. Entretanto, em 2002, essa forma de inserção não representava sequer metade dos postos de trabalho do Estado. Mais importante do que isso, sua expansão relativa apoiou-se, fundamentalmente, no aumento do número de empregos sem vínculo formal: dos 329 mil postos assalariados acrescidos ao mercado de trabalho gaúcho entre 1992 e 2002, mais da metade (176 mil) não contemplou o registro em carteira de trabalho. Esse subconjunto dos empregados foi a categoria com mais expressivo ganho de participação no total de ocupados, ascendendo de 10,4% para 12,7%. O trabalho por conta própria, por sua vez, absorveu 161 mil indivíduos adicionais, passando a abarcar 22,5% dos ocupados do Estado. Dessa forma, 71% do saldo de ocupações gerado nesses 10 anos concentrou-se em duas categorias de inserção precária: assalariados sem carteira e autônomos. É importante registrar que houve,

também, avanço na ponderação dos funcionários públicos estatutários e militares, bem como, em menor medida, na categoria dos empregadores — formas de inserção de melhor qualidade, mas de diminuta expressão no mercado de trabalho.

No perfil dos ocupados, é marcante a velocidade de algumas transformações, em especial o avanço da participação dos trabalhadores com 40 anos de idade ou mais e a redução do contingente nos patamares mais baixos de educação formal. Cabe destacar, no entanto, que esses dois processos espelham mudanças demográficas que extrapolam a dinâmica do mercado de trabalho: o “envelhecimento” e o avanço da escolaridade fizeram-se sentir, na população total e na PIA, com cadência praticamente idêntica à observada no conjunto dos ocupados.

Indicadores selecionados do mercado de trabalho do RS — 1992 e 2002

DISCRIMINAÇÃO	1992	2002
OCUPADOS POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO		
Empregados	47,4	49,3
Com carteira de trabalho assinada	31,5	30,3
Militares e funcionários públicos estatutários	5,5	6,3
Sem carteira de trabalho assinada	10,4	12,7
Trabalhadores domésticos	6,1	6,4
Conta-própria	21,4	22,5
Empregadores	4,0	4,6
OCUPADOS COM 40 ANOS DE IDADE OU MAIS		
	36,2	44,5
OCUPADOS COM MENOS DE 8 ANOS DE INSTRUÇÃO		
	68,5	54,0
TAXA DE DESOCUPAÇÃO		
	4,3	6,7
Homens	3,5	5,1
Mulheres	5,4	8,7

FONTES: PNAD-IBGE.

Guilherme Xavier Sobrinho (FEE/NET)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 17.11.03).

ISSN 1517-7264

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 1.200 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Aod Cunha de Moraes Júnior

Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia

Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery

Conselho Editorial da Carta: Álvaro Antônio Louzada Garcia, Jorge da Silva Accurso, Maria Isabel Herz da Jornada e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.tche.br

Editoração

Supervisão: Valésca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidônia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes, Lenoir Buss e Rejane Schmitt Hübnner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.